



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

**A C Ó R D ã O    Nº 277**

**Feito** : Processo Nº 736/91-TCE/ACRE  
**Interessado:** WALTER LEITÃO PRADO  
Diretor-Presidente da CAGEACRE  
**Relator** : Conselheiro HÉLIO SARAIVA DE FREITAS  
**Revisor** : Conselheiro ALCIDES DUTRA DE LIMA  
**Assunto** : PRESTAÇÃO DE CONTAS da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - Exercício de 1990

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAGEACRE, exercício de 1990 - considerada regular, com ressalvas, com recomendação à origem**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 736/91, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, acolher, ante as razões expostas, o voto vencedor do Conselheiro ALCIDES DUTRA DE LIMA, para **considerar regular, com ressalvas**, a Prestação de Contas da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre, do exercício financeiro de 1990, de responsabilidade dos Ordenadores de Despesa **FRÂNIO LUIZ NOGUEIRA PINHEIRO**, período de 01 de janeiro a 03 de maio de 1990, **ROOSEVELT ARNALDO DE MATOS** e **RAIMUNDO GUILHERME SIMÃO LOPES**, de 04 de maio a 31 de dezembro de 1990, na qualidade de Diretor-Presidente e Diretor-Administrativo, respectivamente. Vencidos, os Conselheiros **HÉLIO SARAIVA DE FREITAS**, Relator e **ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE**, que julgaram irregulares ditas Contas.--.--.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.-

Rio Branco, 10 de dezembro de 1992.-

Cons. **JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA**  
Presidente do TCE/ACRE

Cons. **HÉLIO SARAIVA DE FREITAS**  
Relator

Cons. **ALCIDES DUTRA DE LIMA**  
Revisor

Fui presente:

**FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE**  
Procurador-Chefe do Ministério Público Especial



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO 736/91

RELATOR: CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS GERAIS  
E ENTREPOSTOS DO ACRE - EXERCÍCIO DE 1990.

### RELATÓRIO

Trata o presente feito da Prestação de Contas da CAGEACRE, referente ao exercício de 1990, sob a administração de Frânio Luiz *Pinheiro* Diretor-Presidente de janeiro a abril, Roosevelt Arnaldo de Matos - Diretor-Presidente de maio em diante, Joselito Souza Soares - Diretor-Operacional e Raimundo Guilherme Simão Lopes - Diretor Administrativo, apresentada em 05.08.91, examinada pelo técnico Hélio Pereira do Amaral, que elaborou detalhado relatório, constante de fls. 41 a 82.

O Ministério Público Especial, pronunciou-se sobre o processo em parecer constante de fls. 85/87, relacionou algumas irregularidades detectadas e terminou considerando a presente prestação de contas REGULAR com RESSALVAS.

Apesar da boa organização encontrada, e a exatidão de muitos dos itens examinados, consignados no relatório técnico, nota-se, contudo, algumas irregularidades e infrações, a seguir relacionadas:

- 1 - Registro global das operações referentes a contas a receber de clientes, sem identificação individual de clientela, dificultando de certa forma a conciliação dos débitos de cada cliente individualizado;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

2 - Deficiência de acompanhamento sistemático permanente no controle de estoque, notadamente de Capital, onde havia maior movimentação de mercadorias, o que provocou divergência entre o saldo contábil e o valor do estoque físico;

3 - Falta de prestação de contas, dentro do exercício de suprimentos de fundos concedidos à funcionários para pagamentos de despesas menores e normais de manutenção das unidades de armazenagem;

4 - Verificação de adiantamento a funcionários, em espécie, ou em mercadorias, em valor superior ao que o servidor percebe mensalmente;

5 - Ineficiência no registro de saídas de material de consumo do almoxarifado, destinado aos diversos setores da Empresa;

6 - Falta de registro na contabilidade do parcelamento do débito para com o IAPAS, vencíveis a partir de 1992;

7 - O sistema de controle das receitas concernentes à prestação de serviços, não oferece condições para o cotejo e segurança dos dados informados à contabilidade;

8 - Omissão de lançamento de transferência contábil (estorno) para a conta adequada do grupo das Despesas Administrativas;

9 - Inclusão inadequada de receitas financeiras no grupo das receitas não operacionais;

10 - Emissão de cheques sem a devida cobertura, pagos pela instituição financeira que, obviamente cobrou juros sobre o saldo devedor, o que caracteriza o descontrole do setor financeiro da Empresa;

11 - Falta de cumprimento do art. 193, da Lei 6.404/76, que disciplina a constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

12 - Não observância da Lei Complementar nº 70, de 30.12.90, do art. 35 da Lei nº 7.713/88 e ao artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

13 - Não observância da demonstração dos lucros e prejuízos acumulados e da demonstração da origem e aplicação dos recursos, aludindo à demonstração do exercício anterior;

14 - Falta da assinatura de dois Conselheiros Fiscais no Livro de atas e pareceres desse Conselho sobre estas contas;

15 - Falta do Livro de Apuração do Lucro Real, conforme estipula o art. 8º, do D.L. nº 1.598/77;

16 - Falha no Procedimento de comercialização dos produtos, apresentando-se ultrapassado, ineficaz e vulnerável, acarretando dificuldades à contabilidade para dar cumprimento a seus objetivos, notadamente pelo atraso das informações e, também, pela falta de elementos indispensáveis à confirmação imediata da consistência dos controles.

É o relatório.

Rio Branco, 02 de dezembro de 1992.

  
Hélio Saraiva de Freitas  
Conselheiro



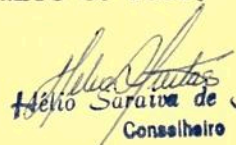
## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

### CONCLUSÃO E VOTO

Vistos, analisados e relatados os autos do presente feito e, considerando os atos praticados pela Diretoria da CAGEACRE- Exercício no exercício de 1990, discriminados detalhadamente no relatório de fls. 41 a 67, nocivos à pública administração e atentatórios às normas aplicáveis, cuja observância era dever da diretoria, **voto considerando irregular** a Prestação de Contas. Encaminhando-se cópia dos relatórios, e do Acórdão ao Governo do Estado, na qualidade de acionista majoritário e à Assembléia Legislativa, a fim de que adotem as medidas que se fazem necessárias.

É assim que voto.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, em Rio Branco-Acre, 10 de dezembro de 1992.

  
Hélio Saraiva de Freitas  
Conselheiro